
CULTURA E IDEOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX

CULTURE AND IDEOLOGY IN THE TEXTBOOKS ON THE HISTORY OF BRAZIL IN THE 19TH CENTURY

Gisafran Nazareno Mota Jucá¹
Edvaldo Costa Rodrigues²

Resumo: O presente artigo procura refletir sobre o aspecto cultural e ideológico do livro didático de História do Brasil, tomando como aporte a pesquisa de doutorando em Educação, em andamento, que investiga as narrativas sobre o Brasil em livros didáticos publicados no século XIX, entre 1826 e 1898. A partir da análise do conteúdo, foi possível perceber que os livros apresentavam uma narrativa factual, linear e de cunho histórico-nacionalista. Os livros contribuíram para cristalizar um saber histórico escolar carregado de ideologia, principalmente quanto a exaltação do Império brasileiro e a crença na cultura europeia como exemplo de civilização. Naturalizaram a dominação dos indígenas e a invisibilizaram os negros, afirmando, dessa forma, a superioridade do colonizador português. Pelo fato de não mostrarem inovações no conteúdo, tampouco, problematizarem os fatos históricos, podem ser considerados meras cópias do conhecimento produzido à época.

Palavras-chave: Cultura e ideologia; Livro de didático; Ensino de História do Brasil.

Abstract: This article seeks to reflect on the cultural and ideological aspect of the History of Brazil textbook, taking as a contribution the ongoing research of a doctoral student in Education, who investigates the narratives about Brazil in textbooks published in the 19th century, between 1826 and 1898. From the content analysis, it was possible to see that the books presented a factual, linear narrative with a historical-nationalist nature. The books contributed to crystallize historical school knowledge loaded with ideology, mainly regarding the exaltation of the Brazilian Empire and the belief in European culture as an example of civilization. They naturalized the domination of indigenous people and made black people invisible, thus affirming the superiority of the Portuguese colonizer. Because they do not show innovations in content, nor do they problematize historical facts, they can be considered mere copies of the knowledge produced at the time.

Keywords: Culture and ideology; Textbook; Teaching History of Brazil.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Licenciado em Pedagogia e História. Técnico da área do Currículo Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Luís-MA. E-mail: edvaldo.uemanet@gmail.com.

² Pós-Doutor em História Urbana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: gisafranjuca@gmail.com.

Introdução

Do ponto de vista antropológico, a cultura constitui a base em que as sociedades humanas constroem seus diferentes modos de vida. Cabe destacar que, embora seja inerente a condição humana, a cultura não ocorre de maneira harmônica e igualitária entre as sociedades, pois, cada uma, constrói de modo bem particular a sua cultura. Nos termos de Clifford Geertz a cultura “é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos -, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções” (GEERTZ, 2008, p. 32).

Anthony Giddens, destaca que “a cultura de uma sociedade engloba tanto os aspectos intangíveis – as crenças, as ideias e os valores que constituem o teor da cultura – como os aspectos tangíveis – os objetos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo” (GIDEENS, 2008, p. 22). Em complemento, esse sociólogo acrescenta que os valores e as ideias culturais contribuem para moldar a sociedade e as ações individuais das pessoas.

A ideologia, por outro lado, pode ser compreendida como um sistema cultural, um conjunto de ideias e valores que orientam o comportamento e as decisões dos indivíduos e grupos sociais. A ideologia constitui visões de mundo de um determinado grupo dominante, o que ocorre em todos os extratos sociais. Isto quer dizer que não dá para viver em sociedade sem ideologia, embora cada uma tenha seu sistema de ideias e valores. Geertz (2008, p. 114) explica que a ideologia “fornece uma saída simbólica para as perturbações emocionais geradas pelo desequilíbrio social”. De acordo com Giddens (2008, p. 424) as ideologias “são usadas para justificar as ações dos que detêm o poder”. Assim, qual seria a relação entre ideologia e cultura? A explicação reside na compreensão de que os valores culturais orientam os comportamentos humanos e são construídos nos indivíduos desde a infância, quando os valores são difundidos e internalizados como verdades, ocorre o que chamamos de ideologia.

A partir dessas premissas, este artigo tem por objetivo refletir sobre o aspecto cultural e ideológico do livro didático de História, especificamente o de História do Brasil. Tal reflexão está ancorada em uma pesquisa de doutorado ora em andamento, na qual o doutorando se propôs investigar a historiografia do Brasil em livros didáticos do século XIX, publicados entre 1826 e 1898. Tal pesquisa, de abordagem qualitativa e de caráter histórico-documental, tem seu *corpus* constituído pelos seguintes livros de História do Brasil: a *Historia dos sucessos políticos do Brasil*, de José da Silva Lisboa (1826), o *Resumo da Historia do Brasil até 1828*, de Henrique

Luís de Bellegarde (1838), o *Compêndio da História do Brasil*, de José Ignácio de Abreu e Lima (1843), a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854), as *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo (1861), as *Lições de História do Brasil*, de Raphael Maria Galanti (1895) e as *Lições de História do Brasil*, de Luis de Queirós Mattoso Maia (1898).

Por meio de análise documental, buscou-se identificar aproximações, distanciamentos e complementos no tocante ao conteúdo dos livros. Além disso, buscou-se identificar indícios dos paradigmas historiográficos do século XIX (positivismo, historicismo e materialismo histórico) na forma de escrita utilizada pelos autores. Nessa perspectiva, coube identificar, por exemplo: os acontecimentos mais enfatizados, os sujeitos históricos em evidência, a influência de correntes historiográficas, a periodização dos acontecimentos históricos, entre outros. A problematização em torno dos achados consistiu em refletir sobre a repercussão das narrativas históricas na construção do conhecimento histórico escolar no século XIX e como isto reverberou historicamente na contemporaneidade.

O recorte temporal da pesquisa, considerou que o ensino de História e a produção de livros didáticos no Brasil tiveram sua gênese a partir da primeira metade do século XIX, por iniciativa de duas importantes instituições intelectuais criadas nesse mesmo século: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II. Ao IHGB, coube desenvolver pesquisas no campo histórico-geográfico, criar a história do Brasil e preservar a memória nacional. Como sabemos, apesar que o Brasil se tornou independente politicamente de Portugal em 1822, até então, não tinha sua história nacional. Desse modo, é na instância do IHGB que vai ser elaborado uma proposta metodológica para orientar a escrita da história do Brasil, cuja autoria foi do naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), publicando-a em 1845.

Posteriormente a proposta de Martius, foi publicado em 1854 outro importante trabalho de cunho historiográfico, notadamente, a obra *História Geral do Brasil*, elaborada por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), o Visconde de Porto Seguro. Estava, então, criada a história nacional, vez que, embora existissem desde o século XVI algumas narrativas existentes sobre o Brasil, eram consideradas de caráter memorialístico e informativo, portanto, não estavam conforme o projeto Imperial. Importa destacar que, a obra de Varnhagen, mesmo sob algumas críticas, foi considerada uma referência para a historiografia brasileira, especialmente por conta da organização do conhecimento histórico e a vasta documentação utilizada como referência. Reconhecimento esse, confirmado por notáveis historiadores, a exemplo, Capistrano de Abreu.

Assim, a história nacional, deveria ser ensinada nas escolas, de modo que pudesse despertar nos alunos o sentimento de pertencimento à pátria e desenvolverem a identidade nacional. Tarefa essa, assumida pelo Colégio Pedro II, inaugurado em 1838, “como estabelecimento oficial do ensino secundário para atender às necessidades de formação de uma elite social para a qual o projeto civilizatório do Império era especialmente dirigido” (SANTOS, 2015, p. 58). A partir do Colégio Pedro II, começaram a ser produzidos os primeiros livros didáticos para a escola secundária que, a princípio adotava traduções de compêndios franceses, assim, “para o ensino de História Universal, o compêndio de Derozoir, para História Antiga, o de Caiz; e para História Romana, o de Derozoir e Dumond” (NADAI, 1992/1993, p. 146).

Vechia (2008, p. 117) informa que “o primeiro livro para o ensino de História do Brasil adotado para o ensino no Collegio de Pedro II, em 1841, foi o do luso-brasileiro, Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde – *Resumo de História do Brasil*, 2ª edição de 1834”. Posteriormente, grande parte dos professores desse colégio elaboraram os próprios livros didáticos, embora com o conhecimento produzidos por brasileiros. A exemplo, o *Compêndio de Historia do Brasil*, de José Inácio Abreu e Lima (1843), as *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo (1861) e as *Lições de História do Brasil*, de Luis de Queirós Mattoso Maia (1898).

A respeito dos brasileiros a que nos referimos, eram historiadores europeus que escreveram sobre o Brasil, principalmente ingleses e franceses (VECHIA, 2008). No que se refere à contribuição inglesa, essa autora destacou *History of Brazil* (1809), de Andrew Grant, *History of Brazil* (1810, 1817, 1819, 1822), de Robert Southey, e *The History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Dom Pedro the first in 1831* (1836), de João Armitage. Quanto a contribuição francesa, destacou *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810* (1815), de Alphonse de Beauchamp, o *Résumé de l'histoire du Brésil suivie du résumé de l'histoire de la Guyane* (1823), de Jean Ferdinand Dènis, o *Diccionario geographico, histórico e descriptivo do Império do Brasil*, de J. C. R Millet de Saint Adolphe.

No que concerne à definição de um campo teórico para a pesquisa, adotou-se a perspectiva da História Cultural, pois mostra relação com a história da Educação e a cultura material escolar. Além disto, é particularmente diversificada no sentido de abrigar diferentes possibilidades de estudos e objetos que, por sua vez, são atravessados pela polissêmica noção de “cultura”. Para Chartier (2002, p. 16-17) “[...] a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos”.

Para alcançar ao objetivo proposto para este artigo, focado no tema em apreço, a reflexão gira em torno do conceito e características do livro didático, a sua utilidade pedagógica, a concepção como um artefato da cultura material escolar e o seu papel ideológico na difusão e conformação de um conhecimento histórico legitimado por um currículo prescrito que, por sua vez, esteve amparado no poder constituído no campo governamental e delegado as instituições educacionais.

Conceitos, definições e características do livro didático

Nos termos de Bittencourt (1993, p. 16) “a origem do livro didático está vinculada ao poder constituído. A articulação entre a produção didática e o nascimento do sistema educacional estabelecido pelo Estado distingue esta produção dos demais livros”. Gatti Junior (2004, p. 35) diz que “o livro didático foi seguidamente utilizado nas sociedades com educação escolarizada institucionalizada, o que assinala sua desde há muito tempo na cultura escolar”. Alain Choppin, por sua vez, assinala que, “na maioria das línguas, o ‘livro didático’ é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações” (CHOPPIN, 2004, p. 549).

Bittencourt (2009, p. 299) assevera que o livro didático é “um objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando de outros livros”. Pelo fragmento acima, é possível depreender que as intencionalidades pedagógicas atribuídas poderão torná-lo material didático. Nesse viés, essa autora complementa que, “diferentemente de outras obras impressas, o livro didático possui peculiaridades em sua produção, circulação e uso, entre elas a da autoria, por meio da qual é possível ver a distinção entre o trabalho de escrever um texto e o de fabricar um livro” (BITTENCOURT, 2004, p. 477). Em *Livro didático e saber escolar (1810-18910)*, aponta que:

Os livros que os professores deveriam utilizar foram pensados pelas autoridades brasileiras em dois níveis. Inicialmente, pelo custo e raridade de obras propriamente didáticas, impunha-se aos professores o uso de livros de autores consagrados, sobretudo as obras religiosas. Os professores fariam ditados e os alunos copiariam trechos ou ouviriam as preleções em sala de aula. Tal era o método imaginado para as primeiras décadas do século XIX. As propostas de produção de livros escolares concentraram-se primordialmente, na elaboração de textos didáticos para uso exclusivo dos professores, dando-se preferência às traduções. Um segundo tipo de livro destinado aos professores surgiu com a criação, às vezes efêmera, das Escolas Normais para a formação de professores de níveis elementares (BITTENCOURT, 2008, p. 29).

Pelo fragmento acima, podemos confirmar que a concepção de livro didático evoluiu, posto que, na contemporaneidade, esse material escolar ultrapassou a visão de ser apenas um livro de leitura. Talvez por isso, “sua conceituação é variada, revelando a complexidade da qual se reveste o objeto que se pretende compreender” (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 34). Tania Regina de Luca, no texto *Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas*, explica que:

O livro que por suas características é chamado de didático particulariza-se de múltiplas formas – conteúdo, linguagem, natureza da edição e do editor, autoria, características físicas, público a que se destina, espaço de circulação, enfim tudo o que se quiser derivar dessa condição. Contudo, isso não altera a sua condição de livro e, enquanto tal, pressupõe algum tipo de autoria, existência física e leitores (LUCA, 2009, p. 152).

Entre tantas características que podem ser atribuídas a um livro didático, pelo menos uma é bem peculiar: sua utilização sistemática no processo ensino-aprendizagem de um determinado objeto de conhecimento consolidado como disciplina escolar. Importa declarar que, tal característica, não confere ao livro didático a autoridade de ser fonte principal de conhecimento, pelo contrário, ele é apenas um dos recursos didáticos para materializar a ação educativa do professor e potencializar a aprendizagem dos alunos didática. No transcorrer dessa reflexão:

[...] é necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. As práticas de leitura do livro didático não são idênticas e não obedecem necessariamente às regras impostas por autores ou editores ou por instituições governamentais (BITTENCOURT, 2004, p. 69).

Em tudo isso teremos em mente que na avaliação de um livro didático é considerado vários aspectos, a começar pelo seu projeto gráfico, como, por exemplo, o tamanho, peso, capa, letras, cores, ilustrações, exercícios e textos da disciplina e textos complementares, indicações de pesquisa, entre outros. É importante lembrar que o livro didático é elaborado para professores e alunos de modo geral, isto quer dizer que não se destina a um sujeito em particular, mas a um público cuja escolarização pertence a determinada etapa de ensino.

O livro didático tem hoje como concorrentes os meios de comunicação de massa, o cinema, a televisão e seu mundo de imagens. No

século anterior, o livro didático tinha de se impor a uma sociedade que se comunicava essencialmente pela oralidade na qual a entonação da voz e o gestual mesclavam-se na apreensão do que era transmitido (BITTENCOURT, 1996, p. 6).

Nesse sentido, compreendemos que cada livro didático traz uma estrutura didática com base na disciplina e etapa de ensino que representa, adequando os conteúdos, obviamente, à faixa etária correspondente aquela escolarização. No que se refere às características formais dos livros didáticos, Choppin (2004, p. 559) comenta que:

A organização interna dos livros e sua divisão em partes, capítulos, parágrafos, as diferenciações tipográficas (fonte, corpo de texto, grifos, tipo de papel, bordas, cores, etc.) e suas variações, a distribuição e a disposição espacial dos diversos elementos textuais ou icônicos no interior de uma página (ou de uma página dupla) ou de um livro só foram objeto, segundo uma perspectiva histórica, de bem poucos estudos, apesar dessas configurações serem bastante específicas do livro didático. Com efeito, a tipografia e a paginação fazem parte do discurso didático de um livro usado em sala de aula tanto quanto o texto ou as ilustrações.

Bittencourt (1993) talvez seja umas das poucas estudiosas do livro didático que tenha reunido termos bem específicos para definir o livro didático. Para essa autora, o livro é “mercadoria”, “depositário de conteúdos educacionais”, “instrumento pedagógico”, “fonte de registro de experiência”, “portador de um sistema de valores”, “portador de uma ideologia e de uma cultura”.

O livro didático e sua utilidade pedagógica

A discussão em torno do livro didático, principalmente no que se refere a sua funcionalidade, tem sua gênese no período imperial, quando os partidos liberais e conservadores tentavam decidir os rumos do ensino de História (BITTENCOURT, 2018). A primeira metade do século XX é o marco das ações governamentais voltadas para normatizar a elaboração, avaliação e distribuição dos livros didáticos no Brasil. Nesse sentido, convém lembrar do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma das primeiras ações nesse sentido, e foi instituída pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que criou o Instituto Nacional do Livro. Entre as competências desse instituto, destaca-se a de “promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros” (BRASIL, 1937, p. 1).

Jörn Rüsen (2010), em *O livro didático ideal*, aponta quatro características que, independentemente de qualquer disciplina, distinguem um bom livro didático

quanto a sua utilidade pedagógica em sala de aula, são elas: um formato claro e estruturado, uma estrutura didática clara, uma relação produtiva com o aluno e uma relação com a prática da aula. No que se refere à primeira característica, o autor explica que:

A forma exterior já é decisiva para a percepção do conteúdo apresentado no livro (textos de autores, fontes de texto e imagens, mapas, diagramas etc.). Serão convenientes um modelo claro e simples, uma distribuição e uma estruturação claras de todos os materiais, ajuda para a orientação na forma de títulos e indicações e, também, um anexo que inclua um índice, um glossário com explicações dos termos e nomes mais importantes e uma biografia com livros apropriados para ampliar os temas (Rüsen, 2010, p. 115).

Em se tratando da *estrutura didática*, Rüsen (2010, p. 116) assevera que “o formato do livro e a estruturação de seus materiais devem estar configurados de tal maneira que inclusive os alunos possam ser capazes de reconhecer suas intenções didáticas”. Quanto à *relação com o aluno*, é primordial que o livro didático considere as condições de “aprendizagem dos alunos e alunas. Tem que estar de acordo com sua capacidade de compreensão, e isto vale, acima de tudo, no que se refere ao nível de linguagem utilizada” (p. 116). Por fim, quanto à quarta característica, isto é, a *relação com a aula*, o autor assevera que “um livro didático somente é útil se realmente se pode trabalhar com ele em sala de aula. Por isso sua capacidade como livro de trabalho é irredutível” (p. 117).

Para contribuir com o processo de aprendizagem, é importante que o livro didático auxilie no desenvolvendo da autonomia do aluno, pois além do conteúdo é imprescindível que contere trilhas de aprendizagem direcionando a construção do conhecimento. Além disto, alguns elementos dão suporte a compreensão do conteúdo, como textos complementares, glossário, indicação de leituras e pesquisas, infográficos, entre outros recursos. Faz-se necessário destacar que, um bom texto, mas sem o devido direcionamento, não contribui para a aprendizagem do conteúdo. A desmotivação com relação a determinada disciplina, às vezes, decorre, da falta de interação com o conteúdo, por isso, o livro precisa propiciar a interrelação entre o conhecimento veiculado e a realidade social.

Destarte, quanto mais atrativo, ilustrativo, instrutivo for o livro, maiores serão as possibilidades de os alunos se apropriarem do conhecimento escolar. Não é demais lembrar da importância de os livros dialogarem com outras disciplinas ou áreas do conhecimento, de modo que, os alunos, percebam que não existe um conhecimento puro, mas que tudo têm uma interrelação: matemática – ciências – história – geografia – filosofia – religião, entre outras.

Bittencourt (2009, p. 319) chama a atenção para o fato que os livros didáticos têm sido considerados um material escolar importante no cotidiano das aulas, “mas o destaque é sempre dado ao seu caráter de ferramenta auxiliar, sem jamais serem ressaltados como instrumento de trabalho exclusivo e único de professores alunos”. Isto quer dizer que o livro didático não cria conhecimento, mas sistematiza aquilo já produzido na sociedade.

O livro didático como um artefato material da cultura escolar

Cada escola tem sua cultura que, por sua vez, é materializada em práticas e elementos simbólicos, como as atividades durante as aulas, o mobiliário, os artefatos e o próprio edifício escolar, por exemplo. Nos termos de Julia, a cultura escolar pode ser compreendida:

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Para essa autora, “a cultura escolar é efetivamente uma cultura conforme, e seria necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível” (JULIA, 2001, p. 32). Nos termos de Souza (2010, p. 40) “ainda não esgotamos toda a possibilidade de exploração do conceito de cultura escolar e o que ele nos permite conhecer e interpretar da história da educação”. De forma mais específica, podemos dizer que “[...] não somente [são] os objetos e as práticas culturais, mas também as condições de trabalho dos professores e de escolarização das crianças” (VEIGA, 2018, p. 31). Inseridos nessa cultura estão os artefatos escolares que, nada mais são do que tudo aquilo utilizado para fins didático-pedagógico ou que fazem parte da estrutura física das instituições de ensino, tais como: carteiras, documentos escolares, livros, entre outros. Nos artefatos, estão imbrincados “concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional, constituindo um aspecto significativo da cultura escolar” (SOUZA, 2007, p. 165).

Na concepção de Forquin (1993, p. 167) a cultura escolar diz respeito a um conjunto dos “conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados organizados, ‘normalizados’, ‘rotinizados’, sob o efeito dos imperativos de didatização constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas”.

Em todas as conceituações de cultura escolar e termos próximos dessa definição, estão pressupostas regularidades institucionais, tradições, a sedimentação de práticas, ideias, modos de fazer e pensar que governam o ensino, que perduram ao longo do tempo sobrevivendo as reformas e inovações. Desde já vale uma observação cautelosa: reconhecer permanências não significa desconsiderar a dinâmica própria dessa cultura escolar que se transforma e modifica como todos os processos culturais (SOUZA, 2010, p. 41).

O pesquisador que deseja investigar a cultura material de uma instituição escolar, tendo como objeto de estudo os seus artefatos, precisa “levar em conta o contexto do objeto, não somente os aspectos relacionados à circulação, mas também aqueles pertinentes à recepção e aos usos” (SOUZA, 2007, p. 167).

A expressão cultura material escolar, por sua vez, passou a ser utilizada na área da História da Educação nos últimos anos, influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação (SOUZA, 2007, p. 170).

A investigação da cultura material escolar, perpassa pelo menos por três dimensões específicas: o prédio, o mobiliário e o material de ensino. É um processo que envolve reconstruir a história dos elementos que compõem as instituições escolares, como o mobiliário, os acessórios, os equipamentos, os objetos de uso dos alunos e professores, os recursos didáticos, os impressos, entre outros.

[...] é preciso estar atento para o fato de que muitos artefatos são produzidos para uso escolar e apropriados fora dos muros da escola (por exemplo, o livro didático, cartilhas de alfabetização, cadernos, carteiras, etc.); da mesma forma que objetos de usos sociais diversos adentram o universo escolar adquirindo novas significações (nesse caso, às mudanças de finalidades e usos acrescenta-se o significado simbólico, como se pode ver em relação ao cinema, aos jornais, às revistas em quadrinhos, aos livros de literatura, aos computadores etc.). Portanto o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas (SOUZA, 2007, p. 177).

Ainda sobre o tema, Luciano Mendes Faria Filho, por sua vez, assinala que essa cultura permite “articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo, tais como os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares” (FARIA FILHO, 2003, p. 8). Aproveitando-nos dessa reflexão, convém destacar que o significado atribuído aos artefatos pela cultura escolar, às vezes, não é o mesmo que os próprios

sujeitos escolares dão a eles. A esse respeito, podemos ilustrar que, quando, por exemplo, um aluno faz conscientemente avarias no livro didático, mesmo sabendo que este será utilizado no ano seguinte por outro aluno, isto pode significar que o livro lhe tem pouco valor cultural e educacional. Isto também ocorre, talvez pelo fato de que:

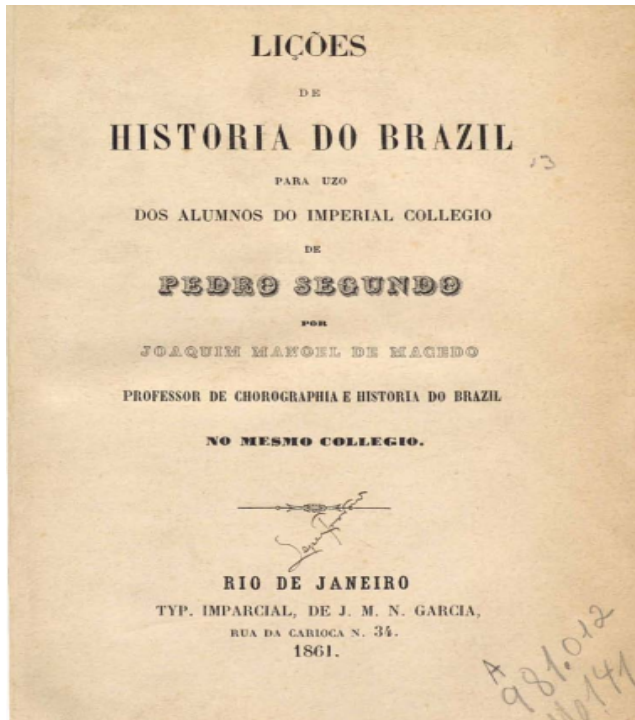
O livro didático não é, no entanto, o único instrumento que faz parte da educação da juventude: a coexistência (e utilização efetiva) no interior do universo escolar de instrumentos de ensino-aprendizagem que estabelecem com o livro relações de concorrência ou de complementaridade influi necessariamente em suas funções e usos (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Acerca do livro didático, destacamos que, durante a pesquisa, analisando os livros de História do Brasil, voltados para o ensino secundário, foi possível compreender que, este impresso, além de um artefato da cultura material escolar, representava um símbolo de poder-saber por parte dos professores, pois era uma norma no Colégio Pedro II que o professor elaborasse o próprio material didático. Essa afirmação vai ao encontro do pensamento de Gasparello (2015, p. 44) quando assevera que o “livro didático expressa, como objeto de cultura, o complexo conjunto formado pelas manifestações do campo cultural, artístico, político e ideológico de uma época”. Souza (2010, p. 41) corrobora com tal reflexão quando assinala que “na educação secundária, as transformações na cultura escolar foram lentas e a cultura humanística foi preponderante até meados do século XX”. Em outro momento, essa autora enfatizou que:

Ao longo do século XIX, o currículo do ensino secundário sofreu algumas alterações importantes como o declínio do ensino de retórica e de grego, a introdução da língua vernácula com acentuado caráter nacional, assim como o ensino da história e da literatura; a ênfase dada ao estudo das humanidades modernas (as línguas estrangeiras modernas) e a introdução paulatina dos estudos científicos (Gasparello, 2010, p. 53).

Sobre o caráter nacional no ensino de História, essa concepção foi bem fundamentada nos livros didáticos, a exemplo dos elaborados por catedráticos do Colégio Pedro II, como o Dr. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) e o Dr. Luís de Queirós Mattoso Maia (1833-1903), em que era visível a exaltação da monarquia portuguesa e o patriotismo. Macedo foi nomeado em 1849 para lecionar Geografia e História Antiga, foi posteriormente designado para a cadeira de História Medieval e Moderna (1851), donde a História do Brasil estava inserida. Em 1862, assumiu a “cátedra da disciplina História e Corografia do Brasil” (SANTOS, 2011, p. 64).

Figura 1: Capa do livro Lições de História do Brasil.

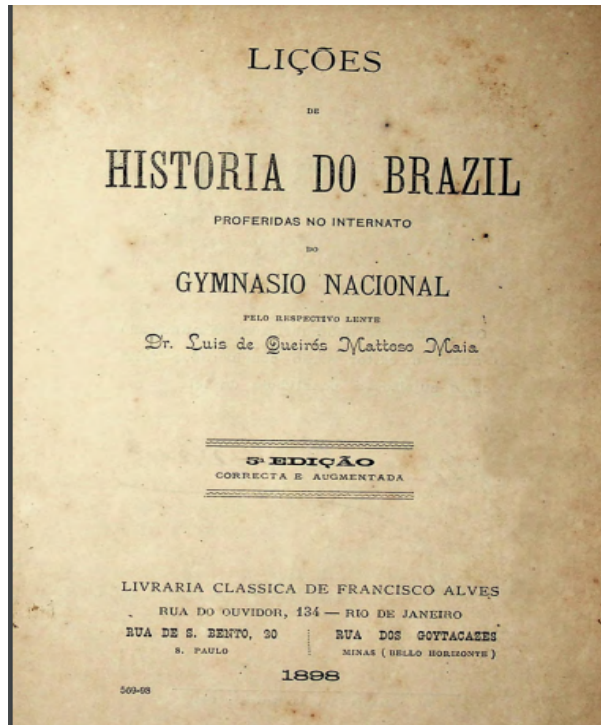


Fonte: BDSF, 1861 (Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242433>).

Bittencourt (2004, p. 483) comenta que “o livro *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, se originou das aulas desse professor no Colégio Pedro II e inovava pelos exercícios e atividades pedagógicas ao final de cada capítulo ou ‘lição’”. Gasparello (2011, p. 473) comenta que Macedo se constituiu historicamente no contexto do nascimento político do nosso Estado-nação e da invenção de nossa brasilidade. “No magistério, destacou-se na elaboração de uma história do Brasil para o ensino e na instituição das primeiras preocupações pedagógicas em livro didático para o ensino secundário”.

Mattoso Maia, por sua vez, assumiu a cátedra de História e Corografia do Brasil em 1889, tendo se destacado tanto pela docência como pela autoria de livro didático, especialmente suas *Lições de História do Brasil*. “Sempre de preto, de longas barbas brancas em contraste, pausado no andar e rápido da palavra, Mattoso Maia era dos mais estimados professores do Colégio” (DORIA, 1997, p. 167). O seu livro, publicado em 1898, caracteriza-se por um copilado de aulas proferidas no Colégio Pedro II, mais tarde transformado em Ginásio Nacional.

Figura 2: Capa do livro Lições de História do Brasil.



Fonte: Lemad/USP, 1898. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/3918>.

Diferente de Macedo, Mattoso Maia não era sócio do IHGB. Santos (2011), assevera que os catedráticos do Colégio Pedro II adquiriram *status* de acadêmicos, muitos deles, por se destacarem, integravam as cátedras nos níveis de ensino superior e secundário. Além da produção de livros didáticos, participavam da Congregação, “elaborando o programa de ensino e participando das principais decisões políticas e pedagógica do Colégio” (SANTOS, 2011, p. 59). Cabia ainda, “não só ensinar a seus alunos as Letras e as Ciências na parte que lhes competir, como também quando se oferecer ocasião, lembrar-lhes seus deveres para com Deus, para com seus Pais, Pátria e Governo” (SANTOS, 2015, p. 62).

A dimensão ideológica do livro didático de História do Brasil

O termo ideologia, possui vários significados que, por sua vez, decorrem da interpretação de campos de conhecimento diversificado. Em filosofia e sociologia, por exemplo, a ideologia é concebida como o ocultamento da realidade social, um mecanismo criado pela burguesia para falsear a realidade. Uma forma de consciência

que impede as determinações sociais de serem percebidas, compreendidas. Além da ocultação, a ideologia naturaliza aquilo que é histórico e cultural (CHAUI, 2008).

A ideologia é um instrumento de dominação, uma maneira pela qual a classe dominante de uma determinada sociedade faz com que suas ideias, valores, juízos, representações sejam válidos para toda a sociedade, isto é, apresenta algo específico como se fosse universal. Para Marx e Engels (1998) a ideologia tem a função de garantir e reproduzir as relações que estão na base do domínio de uma classe sobre a outra.

De modo geral, podemos dizer que a ideologia é tudo aquilo que existe sustentado em um discurso, um modo de pensar, avaliar e compreender o mundo, uma ocultação do real a serviço do poder. Sobre essa premissa cabe dizer que a ideologia faz parte da vida do ser humano, o problema reside quando as pessoas querem que seu modo de ver o mundo seja o certo, e que o do outro, esteja errado.

O livro didático, por exemplo, além de um artefato material da cultura escolar, **é também um instrumento ideológico, uma** forma de manifestação do poder cultural da classe dominante. A esse respeito, Choppin (2004), estudo sobre a história dos livros e da edições didáticas, assinala que, durante o século XIX, os livros didáticos se afirmaram como vetores da língua, cultura e dos valores da classe dominante, tornando-se “um instrumento privilegiado da classe dominante”. Nos termos desse autor, os livros didáticos exercem quatro funções essenciais: referencial, instrumental, ideológica e cultural, e documental. No tocante a função ideológica e cultural, destaca que “essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Bittencourt (2009, p. 72-73), por sua vez, compreende que o livro didático é um “mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor”. Na ótica de Guimarães (2003, p. 12) “o livro didático parece estampar em suas páginas a verdade dos acontecimentos do passado, assepticamente preparados e apresentados ao aluno como forma de produzir seu efeito de realidade”. Nos termos de Gatti Júnior (2004, p. 36) o livro didático é um “fiel depositário das verdades científicas universais”. Concordamos com Luca, quando em sua análise sobre o livro didático, amparada no materialismo histórico, assinala que:

O livro sistematiza a ideologia burguesa, amortiza o conflito realidade x discurso, dizendo que o verdadeiro é o segundo. Dessa forma, diz que sua experiência é errada e desde que se esforce, estude, subirá

na vida. Assim, o livro didático contribui para a reprodução da classe operária, porém, de pose da ideologia burguesa, portanto, conformista, passiva (LUCA, 1994, p. 77).

Uma análise sobre o conteúdo dos livros de história do Brasil, publicados no século XIX, mostrou-nos que eles se tornaram instrumentos doutrinários e ideológicos a serviço de um projeto imperial que via a escola como um espaço de difusão da história nacional e patriotismo. A ideologia impregnada nos livros didáticos de História do Brasil contribuiu para naturalizar histórias imaginárias e valorizar os heróis e grandes homens da nação como meio de justificar o domínio da classe dominante. A história e a dos vencedores (branco-europeu-português), desconsiderando o protagonismo da classe dominada (negros e indígenas) na construção da nação.

[...] seu caráter de invenção cultural que, como objeto instituído e legitimado socialmente para o campo escolar, tornou-se construtor e divulgador de cultura, conhecimentos simbólicos e ideologia. Um papel reforçado com a expansão do seu uso na escolarização e com o aparecimento de novas publicações, especialmente dedicadas ao ensino (GASPARELLO, 2015, p. 44).

É evidente que no processo de construção da história nacional, inventaram-se tradições, heróis e mitos fundadores. As narrativas nos livros didáticos de História do Brasil, serviriam para desenvolver nos alunos uma falsa consciência sobre a realidade. A esse respeito, Franco (1982, p. 25) declara que “a narrativa histórica não deve incidir apenas na superfície dos acontecimentos, tratando-os como algo estático, dado e acabado”. A intenção era criar um passado comum a todos de modo que as pessoas se enxerguem no passado nacional.

Os conteúdos ensinados deveriam oferecer modelos de conduta, valorizando a figura do herói da antiguidade, cuja virtude serviria de inspiração aos jovens aprendizes. Tratava-se de uma educação para formar o futuro cidadão, homem de bem, que iria desempenhar funções fundamentais para o Estado (SANTOS, 2015, p. 64).

A valorização da cultura europeia e a exaltação da monarquia portuguesa foram uma das características dos livros didáticos. O branco português seria o homem culto, desbravador, colonizador, já o índio:

[...] agreste, simples, inculto e bárbaro em seus usos e costumes, zeloso mais que tudo de sua independência, audaz e bravo nos combates, cruelíssimo na vingança, astucioso, sagaz e desconfiado pela necessidade, com todos os defeitos e vícios do selvagem, com alguns sentimentos nobres e generosos, indolente na paz, e impávido e grande

em face da morte dada pelo inimigo, eis o que era o gentio do Brasil debaixo de um ponto de vista geral (MACEDO, 1861, p. 66-67).

Decerto, os autores praticamente naturalizaram a questão da escravidão, pois descreviam o cotidiano dos indígenas sem fazer qualquer inferência sobre tal realidade. Maia, por exemplo, destacou que “quando os portugueses começaram a traficar com a escravidão dos índios, as índias prisioneiros ficaram sendo um ramo de lucro pura os vencedores, que as vendiam por qualquer insignificância” (1898, p. 55). Como já assinalamos, diferentemente do indígena, o negro foi posto na invisibilidade da História do Brasil nos livros de Macedo (1861) e Maia (1898). Ademais, a história do Brasil produzida no século XIX caracterizou-se por seu uma história política, econômica, descritiva, dificultando ao aluno o repensar da dinâmica social que envolveu os acontecimentos.

Por fim, coadunamos com Bittencourt (2009, p. 72) quando nos diz que os livros didáticos constituíram-se como portadores de sistemas de valores, transmitindo “estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas [...] de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa”. Ainda de acordo com essa autora, professores e alunos fazem usos variados do livro didático “e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo” (p. 73).

Comentários finais

Como vimos, o livro didático pode ser compreendido como um artefato da cultura material escolar e, enquanto produção intelectual, representa a cultura de uma sociedade e a concepção dos autores sobre educação e formação do homem. Como vimos, no século XIX os livros eram submetidos aos órgãos da Instrução Pública, passavam por avaliação para serem liberados. Na contemporaneidade, não necessariamente precisam ser aprovados pelos programas governamentais para serem considerados didáticos, a própria escola tem autonomia para isso, respeitadas, obviamente, algumas especificidades.

Na análise dos livros didáticos de História do Brasil realizada para a pesquisa de doutorado, ora em andamento, identificamos que esses artefatos apresentavam um conteúdo de caráter histórico-nacionalista, exaltando a monarquia portuguesa e enfatizando as ações dos seus heróis nacionais. Tal feitura, não ficou distante do que idealizava o IHGB ao qual tinha como primeira missão escrever a história do Brasil e preservar sua memória nacional.

A História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen, constituiu uma das principais referências para a elaboração de livros didáticos no século XIX. As

narrativas dos livros inclinaram-se para o mesmo modo como Varnhagen contou a história do país, isto é, centrada na exaltação dos valores da monarquia imperial e na valorização do português, aliás não se desviou do que propôs von Martius quanto as orientações na escrita da história do Brasil.

Além do IHGB, Martius e Varnhagen, cabe recuperar a importância que teve o Colégio Pedro II para a difusão da história nacional e a produção de livros didáticos. Ademais, esse colégio, assim como as demais instituições de ensino da corte, incorporaram uma cultura erudita importada da Europa, sobretudo da França, onde o ensino caracterizava-se pelas humanidades clássicas. A intenção era preparar os alunos para se adequarem as normas sociais, serem obedientes à pátria e contribuírem para o progresso do Brasil.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937*. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. acesso em: 29 maio 2023.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. *Estudos Avançados*, São Paulo, Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127-149, dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Práticas de leitura em livros didáticos. *Revista da Faculdade de Educação*, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 1-21, jan. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33598>. Acesso em 14 dez. 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tdc-28062019-175122/publico/1993_CirceMariaFernandesBittencourt.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manoela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. [on-line] *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27957>. Acesso em: 14 maio 2023.
- DORIA, Escragnonle. *Memória histórica do Colégio de Pedro II: 1837-1937*. Brasília: INEP, 1997.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FARIA FILHO, Luciano M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia G.; FONSECA, Thais N. de L. (org.). *História e historiografia da educação Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. O livro didático de História do Brasil: algumas questões. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 41, p. 22-27, maio 1982. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n41/n41a03.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

- GASPARELLO, Arlete Medeiros. Homens de letras no magistério: Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma história escolar. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 463-485, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19205>. Acesso em: 10 maio 2023.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. A nação imaginada nos livros didáticos do século XIX. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia-MG, v. 14, n. 1, p. 39-53, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32114/17330>. Acesso em: 06 maio 2023.
- GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil: 1970-1900*. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Tradução Alexandra Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução: Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: Autores Associados/SBHE, n.1, 2001, p. 9-43.
- LUCA, Tania Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís Reznik, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 151-172.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Collegio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1861.
- MAIA, Luis de Queirós Mattoso. *Lições de História do Brasil proferidas no internato do Gymnasio Nacional*. 3 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1891.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 92/ago. 93. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596. Acesso em: 05 abr. 2020.
- RUSEN, Jorn. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *Jorn Rusen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 109-127.
- SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II: a década de 1970: entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011.
- SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo da disciplina História no Colégio Pedro II: Império, *Cadernos de Educação*, v. 14, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32115>. Acesso em: 08 maio 2023.
- SOUZA, Rosa Fátima de. A história do ensino secundário no Brasil investigada na perspectiva da cultura escolar. In: Um balanço inicial. In: CASTRO, Cesar Augusto (org.). *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 39-66.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

VECHIA, Ariclê. Os livros didáticos de história do Brasil na escola secundária brasileira no século XIX sob a égide das ideias europeias. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 31, n. 17, p. 104-128, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3907>. Acesso em: 02 out. 2020.

VEIGA, Cynthia G. A história da escola como fenômeno econômico: diálogos com história da cultura material, sociologia econômica e história social. In: SILVA, Vera Lucia G.; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar A. (org.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: Escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018.





